

**Anchieta e a chegada da metalinguagem ao Brasil: uma análise ecolinguística e historiográfica dos conceitos de nome e de verbo na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595)**

Leonardo Ferreira Kaltner<sup>1</sup>  
Melyssa Cardozo Silva dos Santos<sup>2</sup>

**Resumo:** O tema do artigo é a análise da chegada da metalinguagem ao Brasil, na *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1990 [1595]), do missionário jesuíta e humanista do Renascimento S. José de Anchieta (1534 – 1597), cuja obra gramatical pode ser considerada a pedra angular da gramaticografia no Brasil. O fato de a gramática tratar de uma língua indígena pode ser objeto da política linguística da *Década Internacional das Línguas Indígenas 2022 – 2032* da UNESCO e das reflexões ecológicas e culturais da encíclica papal *Laudato Si'* sobre o cuidado da casa comum. Para estabelecer uma análise da metalinguagem empregada por Anchieta em sua gramática, selecionamos dois conceitos oriundos da tradição gramatical greco-latina, o conceito de nome e de verbo, que foram adaptados para a descrição da língua tupinambá. Apresentamos o debate teórico de como os conceitos de nome e de verbo foram adaptados pelo gramático quinhentista na descrição da língua indígena.

**Palavras-chave:** Gramaticografia. Sílabas. Anchieta.

**Anchieta and the arrival of metalanguage in Brazil: a historiographical and ecolinguistic analysis of the concepts of noun and verb in the *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (1595)**

**Abstract:** The theme of the article is the analysis of the introduction of metalanguage in Brazil in the “*Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*” (Anchieta, 1990 [1595]), by the Jesuit missionary and Renaissance humanist S. José de Anchieta (1534 – 1597), whose grammatical work can be considered the cornerstone of grammaticography in Brazil. The fact that the grammar deals with an indigenous language can be linked to the linguistic policy of the UNESCO International Decade of Indigenous Languages 2022 – 2032 and to the ecological and cultural reflections of the papal encyclical *Laudato Si'* on care for our common home. To establish an analysis of the metalanguage employed by Anchieta in his grammar, we selected two concepts from the Greco-Latin grammatical tradition, the concepts of noun and verb, which were adapted for the description of the Tupinambá language. We

---

<sup>1</sup> Leonardo Ferreira Kaltner. Professor Associado no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem do Instituto de Letras da Universidade Federal Fluminense. Doutor e Mestre em Letras Clássicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Graduado em Letras Português-Latim pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-3690-3132>. E-mail: [leonardokaltner@id.uff.br](mailto:leonardokaltner@id.uff.br).

<sup>2</sup> Melyssa Cardozo Silva dos Santos. Doutoranda em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense, bolsista da CAPES. Mestra em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal Fluminense. Graduada em Letras (Português-Latim e Francês) pela Universidade Federal Fluminense. Orcid ID: <https://orcid.org/0000-0003-0279-1611>. E-mail: [cardozomelyssa@id.uff.br](mailto:cardozomelyssa@id.uff.br)

present the theoretical debate on how the concepts of noun and verb were adapted by the sixteenth-century grammarian in the description of the indigenous language.

**Keywords:** Grammaticography. Syllable. Anchieta.

### **Introdução: línguas indígenas, ecologia e políticas linguísticas**

A Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil (Anchieta, 1990 [1595]), do missionário jesuíta e humanista do Renascimento S. José de Anchieta (1534–1597), é um raro texto gramatical humanístico que preserva em seu título o nome de um território: a costa do Brasil. Essa vinculação entre uma língua e um território nos leva a buscar compreender a gramática anchietana como objeto de reflexões não só linguísticas, mas também sobre o território em que a língua tupinambá se situava, em uma dialética especulativa das relações entre natureza (território) e cultura (língua) (Kaltner, 2024). As reflexões ecológicas e culturais da encíclica papal *Laudato Si'* (Francisco, 2015) retomam o debate contemporâneo sobre a oposição moderna entre natureza e cultura. Porém, sob uma perspectiva ecossistêmica, em que essas forças não devem mais se opor uma à outra, mas antes se constituir como uma unidade, em que a cultura está contida na natureza, assim como a natureza pode ser percebida como parte identitária das culturas humanas. Na encíclica, é invocado o exemplo de S. Francisco de Assis (1181/1182 – 1226), imagem dessa percepção: “A pobreza e a austeridade de São Francisco não eram simplesmente um ascetismo exterior, mas algo mais radical: uma renúncia a fazer da realidade um mero objeto de uso e de domínio” (Francisco, 2015, p. 12). Essa perspectiva interacionista e ecossistêmica, da relação entre natureza e cultura, também é abordada na teoria Ecolinguística, sobretudo no conceito teórico central que embasa esse modelo linguístico: a Ecologia Fundamental da Língua (EFL), em que se arvoram a interação entre os conceitos de “território — povo — língua”, como um prisma holístico para a existência das línguas naturais (Couto, 2007). Podemos notar que há uma relação de hierarquia entre os três elementos do EFL, que se sucedem em sua organização ecossistêmica: “A própria Ecologia Fundamental da Língua já nos ensina que, sem as bases físicas do território (T), não há povo (P) e, sem os membros de P convivendo, não há língua (L). Conclusão: tudo começa das bases físicas” (Couto, 2007, p. 21).

Essas reflexões ecossistêmicas, que levam o linguista a ter também como objeto de investigação o território e o meio ambiente físico, além dos povos e de suas línguas, por sua vez, ecoam em políticas linguísticas contemporâneas multilaterais, como as que foram

propostas na Década Internacional das Línguas Indígenas, 2022 – 2032, pela UNESCO, cujo principal objetivo é trazer ao debate público a situação crítica de muitas línguas minoritárias, e mesmo de povos e de territórios indígenas, com o intuito de mobilizar instituições, grupos e pessoas, para a preservação de importantes ecossistemas sociais e históricos. Essa perspectiva de uma intervenção glotopolítica, e mesmo ecolinguística, levanta como questão epistemológica o papel das línguas indígenas nos Estudos de Linguagem contemporâneos, não só a sua relevância, mas também a sua inserção como tema em perspectivas teóricas diversas que atentam para o plurilinguismo, isto é, para a diversidade linguística nas sociedades contemporâneas. O linguista, como agente glotopolítico, suscita esses debates em sua comunidade acadêmica e na opinião pública, em geral, sobretudo conscientizando a situação das línguas minoritárias e a necessidade de sua defesa (Lagares, 2018).

Inspirado por esses ideais, o presente estudo propõe uma intervenção glotopolítica em perspectiva interdisciplinar com a Historiografia da Linguística (HL), em que se considera o estabelecimento de uma narrativa historiográfica como uma intervenção nesse sentido, sendo assim o historiógrafo da linguística também um agente glotopolítico, que pode agir em prol da defesa das línguas em situação minoritária, do plurilinguismo e dos direitos dos povos indígenas. Ainda que o passado colonial do Brasil tenha sido marcado pelo escravismo, pelo assimilacionismo, e mesmo pelo genocídio dos povos originários, graças à disputa territorial com o projeto colonial, desse mesmo período restaram descrições linguísticas e registros documentais fundamentais das culturas desses povos que eram ainda majoritários no Brasil, como as gramáticas escritas por missionários na América do Sul, fruto do contato de línguas inicial (Zwartjes, 2011; Kaltner; Santos, 2024a).

A língua tupinambá, por exemplo, a mais falada na costa do Brasil do século XVI, tem sua história demarcada pelo contato com a colonização, como descreveu Aryon Rodrigues, restando dela atualmente apenas os relatos do período colonial, após ter se tornando uma língua minoritária a partir do século XVIII, até praticamente desaparecer com seus povos:

O tupinambá é uma língua indígena da família tupi-guarani, falada em grande parte da costa atlântica do Brasil, a qual foi amplamente documentada nos séculos XVI e XVII, mas que foi deixando de ser falada, principalmente devido ao extermínio de sua população, num processo que praticamente se concluiu na primeira metade do século XVIII (Rodrigues, 1996, p. 57).

A língua tupinambá é um objeto de estudos singulares, que é abordado pela HL mais especificamente no campo teórico da história da gramática, ou gramaticografia, no contexto do Brasil do século XVI. A gramaticografia tem por objeto de estudos a história do “pensamento linguístico” (linguistic thought), conforme o modelo teórico desenvolvido por Konrad Koerner (2014), Sylvain Auroux (1992) e por Pierre Swiggers (2019), que reflete sobre o desenvolvimento da tradição gramatical, em contextos específicos. Nessa perspectiva interdisciplinar glotopolítica com a HL, temos que o fato de constituir uma narrativa historiográfica que ponha em relevo as línguas indígenas são também um meio para difundir o seu estudo no contexto contemporâneo do Brasil, e mesmo um argumento político para a defesa de sua preservação, pois as línguas indígenas integram de certa forma o ideário linguístico do Brasil há séculos continuamente, com reconhecido valor identitário e cultural. Como pedra angular que inaugurou a tradição gramatical desse contexto (Cavaliere, 2022), temos a gramática de Anchieta, tema do artigo, uma obra gramatical que registrou um momento histórico em que as línguas indígenas ainda não eram minoritárias na costa do Brasil, em um território que chega a ser vinculado à gramática em seu próprio título. Note-se que até os dias de hoje, na costa do Brasil, uma série de topônimos na língua tupinambá ainda são registrados, como um resquício cultural e histórico da antiga presença dos povos originários em seu território.

### **Anchieta e a chegada da metalinguagem ao Brasil: o conceito de *nomen e verbum***

A gramática da língua tupinambá de Anchieta marca a chegada da metalinguagem ocidental, na perspectiva de Auroux (1992), ao contexto do Brasil, em sua base gramatical greco-latina, tendo se constituído como ponto de ancoragem (Swiggers, 2019), para o desenvolvimento de um pensamento linguístico que teria sido contínuo por séculos na constituição de uma gramatização dos vernáculos como línguas oficiais, dentro do que Blanchet (2016) teorizou como a formação de uma ideologia da norma, com a finalidade de criar uma homogeneidade linguística e prescritiva, ou uma língua oficial em termos glotopolíticos. Cumpre salientar também que a metalinguagem empregada pelo missionário quinhentista foi desenvolvida em língua portuguesa, ainda que sua obra possa ser considerada uma gramática latina estendida, na perspectiva de Auroux (1992).

O fato de a língua tupinambá passar a ser rotulada como a “mais falada na costa do Brasil”, isto é, ser uma língua vinculada a um povo e a um território, contribuiu também para o distanciamento de outros povos originários que não empregassem a nova língua gramatizada, que foi um instrumento de catequese dos jesuítas quinhentistas (Kaltner; Santos, 2024b; Kaltner; Santos, 2024c). A língua tupinambá gramatizada adquiriu status e prestígio de uma língua oficial da política missionária, tendo chegado a ser rotulada como língua brasílica no século XVII. Os tapuias, os “bárbaros”, como o Goitacá, ou waitaká, do Rio de Janeiro, que não falavam a língua tupinambá, foram excluídos do processo cultural que caracterizou a colonização, enquanto a gramatização da língua tupinambá inaugurava novos significados adaptados das culturas europeias, no desenvolvimento do processo de colonização linguística. A estruturação da língua tupinambá em categorias gramaticais latinas, as partes orationis (partes da oração), marcou uma mudança na própria estruturação de significados da língua, tendo criado um padrão para que o indígena assimilasse o pensamento cultural europeu do século XVI (Kaltner; Santos, 2023a; Kaltner; Santos, 2023b). Gramatizar a língua tupinambá era também estruturar a visão dos povos originários, mudar a sua semântica e compreensão da realidade, no que Pietroforte e Lopes (2012) denominaram a estruturação do mundo: “A estruturação do mundo em classes, ou seja, a maneira de ver, é que varia de uma cultura para outra” (Pietroforte; Lopes, 2012, p. 116). Nesse sentido, a aplicação da metalinguagem greco-latina em língua portuguesa sobre a língua tupinambá era uma forma de reestruturar os modos de significar o mundo das culturas indígenas que adotavam essa língua natural em uma norma prescritiva.

Note-se que essa gramatização inicial se tornou uma atividade cultural motivada sobre uma língua natural, e o registro da língua tupinambá sob esse processo de instrumentalização gramatical é uma adaptação da língua indígena a categorias da gramática latina e da lógica aristotélica pré-existentes à gramatização da língua, como ocorreu com a língua portuguesa também no seu processo de gramatização pelos humanistas, o que mudou a ecologia do contato de línguas com a adoção da escrita, em uma revolução tecnológica (Auroux, 1992). Os principais conceitos atinentes a esse processo de gramatização: o nome e o verbo tiveram origem na filosofia platônica, e se tornaram fundamentais para a teoria gramatical humanística dos séculos XV e XVI. Quando Anchieta adotou os conceitos de nome e de verbo para a descrição da língua tupinambá, iniciou o seu processo de gramatização da língua, todavia, esses conceitos tiveram que ser adaptados da gramática latina para a nova realidade linguística encontrada na língua do Brasil.

Vejam a definição de *nomen* e *verbum* nos *Rudimenta grammatices* (1473) do humanista e teólogo itálico Niccolò Perotti (1429/30–1480), cuja obra representa um dos principais textos humanísticos para a sistematização de uma metalinguagem de base greco-latina na tradição ocidental, uma obra que está no horizonte de retrospectão de Anchieta. Sua definição de *nomen* deriva diretamente da gramática *Ars minor* (c. 350 d.C.) de Donato (315 – 380 d.C.), que foi uma das fontes dos humanistas do Renascimento: “*Quid est nomen? Est pars orationis cum casu corpus aut rem proprie communiterue significans*” (O que é o nome? É a parte da oração com caso, que significa uma coisa, ou de modo próprio, ou comum) (Perotti, 2010 [1473], p. 25). Outro dado interessante é que o nome variava em cinco “acidentes”: “*Quot accidit nomini? Quinque: species, genus, numerus, figura, et casus*” (Quantos acidentes têm o nome? Cinco: espécie, gênero, número, figura e caso) (Perotti, 2010 [1473], p. 25).

Já o verbo era definido da seguinte forma por Perotti, também apoiado na gramática de Donato: “*Verbum quid est? Est pars orationis declinabilis cum modis et temporibus, sine casu, agendi uel patiendi significatiua*” (O que é o verbo? É a parte da oração flexionável com modos e tempos, sem caso, com o significado de agir ou sofrer algo) (Perotti, 2010 [1473], p. 57). O verbo variava em oito categorias de classificação: “*Verbo quot accidunt? Octo: genus, tempus, modus, species, figura, coniugatio, persona, et numerus*” (Quantos acidentes têm o verbo?) Oito: gênero, tempo, modo, espécie, figura, conjugação, pessoa e número) (Perotti, 2010 [1473], p. 57).

Essas definições de Donato serviram de base para a gramatização de diversos vernáculos europeus. Na gramática de João de Barros (1496–1570), de 1540, a definição de nome era também uma adaptação do conceito latino:

Nome (segũdo a difinçã dos grammaticos): é aquelle que se declina per cásos sem tẽpo sinificãdo sempre algũa cousa que tẽha corpo, ou sem corpo. Que tẽha corpo: como, hómẽ, páo, pédra. Sem corpo, Grãmatica, çiência, doutrina. E cáda hum dos Nomes tẽ estes açidẽtes, Calidãde, Espécia, Figura, Género, Numero, Declinaçã per cásos (Barros, 1540, fol. 9r).

Note-se que para João de Barros o conceito de nome ainda resguardava como característica fundamental a declinação latina em seis casos, mesmo que o sistema nominal da língua portuguesa não apresentasse mais desinências de caso. O conceito de nome foi traduzido do latim diretamente e adaptado para a língua portuguesa, sem um questionamento de sua

validade pelos humanistas, pelo fato de que a gramatização era antes uma aproximação da língua latina ao português do que uma reflexão autônoma sobre a própria língua vernácula. Uma questão interessante sobre o conceito de nome diz respeito à sua vinculação com “algũa cousa”, isto é, com um referente, o que denota a concepção aristotélica de signo tripartite, que caracterizou o período anterior à Linguística contemporânea de base saussureana.

O signum, ou symbolon aristotélico, influenciou no pensamento da teologia especulativa medieval de Santo Tomás de Aquino (1225-1274), em uma teorização tripartite que o dividia em: vox (voz), conceptus (conceito), res (coisa) (Pietroforte; Lopes, 2012, p. 114). A res (coisa) era relativa à substantia (substância), ou à essência, um referente universal apriorístico, uma arché antecedente à existência, que na concepção teológica tomista havia sido criado mesmo antes das línguas naturais, pois estas apenas funcionavam como nomenclaturas humanas das coisas da criação, coisas estas que existiam tanto no mundo físico quanto no metafísico, isto é, eram concretas ou abstratas. Essa concepção do signo tripartite está contida no conceito de nome da gramática de João de Barros, que vincula o significado do nome a alguma coisa que tenha corpo, isto é, seja física, ou não tenha corpo, sendo metafísica.

Já o conceito de verbo de João de Barros, também apoiado na gramática latina de Donato, além de ser uma tradução e adaptação do conceito latino, remete-nos a duas categorias da lógica aristotélica: a ação ( $\pi\omicron\iota\epsilon\acute{\iota}\nu$ , actio) e a paixão ( $\pi\acute{\alpha}\sigma\chi\epsilon\iota\nu$ , passio), como vozes verbais ativa e passiva, que, por sua vez, eram também vinculadas ao conceito aristotélico de tempo físico, como um período contínuo em que as coisas se sucedem em movimento, com uma duração relativa ao presente (agora), ao passado (antes) e ao futuro (depois). Essa relação do tempo com o movimento se reflete nos tempos verbais da gramática greco-latina, e nas gramáticas humanísticas que são a sua extensão (Auroux, 1992).

Vejamos a definição do humanista lusitano em sua gramática da língua portuguesa quinhentista:

Uerbo (segundo difinçám de todolos grãmáticos) é hũa uóz ou palaura que demóstra obrár algũa cousa: o quál nam se declina como o nome e prônimo per casos, mas coniugase per módos e tempos, como ueremos per suas coniugações. Os latinos partem os seus uérbos, em sustantiuos e aietiuos. Dos primeiros temos este só uérbo, sou, ao quál chamámos sustantiuo por que demóstra o ser pessoál da cousa, como quãdo digo, Eu sou criatura racional. Vérbo aietiuo podemos chamar todolos outros. Repârtem mais os latinos os

seus uérbos, ém pessoáes e impessoáes. Vérbo pessoál é aquelle que tem numeros e pessoas. E todos elles trázem consigo estes oito açidentes. Género, espécia, figura, tempo, módo, pessoa, numero, coniugaçám.

Note-se a divisão de Barros entre verbos substantivos e adjetivos, em que o verbo “ser” é considerado o único verbo substantivo da língua portuguesa e os demais verbos adjetivos. Os verbos são ainda categorizados em pessoais e impessoais, além de terem oito acidentes, ou variações e categorizações: “Género, espécia, figura, tempo, módo, pessoa, numero, coniugaçám”. Esses oito acidentes são todos adaptados da gramática da língua latina e correspondem à criação de uma metalinguagem de base gramatical greco-latina para a língua portuguesa.

### **Anchieta e a adaptação dos conceitos de nome e de verbo para a língua tupinambá**

Na descrição linguística desenvolvida por Anchieta em sua arte de gramática, há a retomada dos conceitos latinos de *nomen* e de *verbum*, que foram considerados por João de Barros como o rei e a rainha do xadrez linguístico das partes da oração: “assy totalas linguágões tem dous reis, diferentes em género, & concordés ã ofício: a hũ chamã. Nome e ao outro, Vérbo” (Barros, 1540, fol. 3). Os nomes na gramática de base latina são distintos por cinco acidentes: espécie, gênero, número, figura e caso. Anchieta cita que os nomes na língua tupinambá não possuíam dois desses acidentes: os casos e os números, o que nos leva a inferir que, para o gramático, os nomes na língua indígena apresentavam os acidentes de espécie, gênero e figura.

A espécie do nome é dividida em primitivos e derivados, por João de Barros (1540), já Anchieta atesta em sua gramática que há na língua tupinambá o processo de derivação para a constituição de novos nomes ou de verbos, em um processo que é chamado por Anchieta de “cremento”, do latim *incrementum*, pelo acréscimo de partículas. O missionário descreve, dessa forma, a derivação de nomes em verbos: “Cremento, ha não fomite nos verbos, mas tãbem noutras partes da oração porque todas fe podem coniugar, como verbos” (Anchieta, 1990 [1595], fol. 7r-7v). Note-se que a derivação de um nome em outro é um fato linguístico bem antigo, já referenciado por Aristóteles em suas *Categorias* (Aristóteles, 1995).

Já a categoria de gênero, marcada em latim pelo masculino, o feminino e o neutro, é registrada por Anchieta também na língua tupinambá, que diferenciava os vocábulos empregados para o gênero feminino e para o gênero masculino. Por fim, a figura, o último dos acidentes do nome, diz respeito à composição nominal, pois Barros divide a figura do nome em

duas categorias: “Duas figuras têm o nome, á hũa chamam simples e à outra compósta” (Barros, 1540, fol. 17), isto é, há vocábulos que podem ser decompostos em mais de um vocábulo, são os compostos, enquanto a maioria dos nomes empregados é simples. Anchieta faz uma descrição detalhada do processo de composição nominal na língua tupinambá, que por ser uma língua atualmente caracterizada por ser aglutinante, emprega esse processo em diversas ocasiões (Anchieta, 1990 [1595], fol. 9v).

Vejamos a descrição dos nomes na língua indígena desenvolvida pelo missionário, no capítulo “Dos Nomes. Cap. IIII” (Anchieta, 1990 [1595], fol. 9r):

OS nomes não tem cafos nẽ numeros distinctos faluo vocatiuo, com esta differença, a fãber, q̃ os que tem accento na vltima, nada mudãõ, vt *abá*, em todos os cafos. Os que o tẽ na penultima perdem a vltima vogal no vocatiuo, vt *tũba*, *tũb*, *xérũba*, *xérũb*, vel, *xérũp*, *xéraira*, *xerair*, vel, *xérãit*.

¶ R. T. cõmunicãõse in fine, pondo t. pro, r. vt in præsentĩ exemplo, & tambẽ nos verbos, vt *aiũr*, *aiũt*, mas na coniugaçãõ não se faz cafo do, t. fenãõ, do. r.

¶ Este nome, *guã*, vel, *ibiã*, vel, *ibã*, serue de supposito vago no plural nas terceiras pelloas porque não fique a oraçãõ sem supposito, como quando dizemos, dizem, vãõ, irãõ, &c. que no portuguez se diz bẽ, qua acrescentãolhe este supposito, vt *eygũa*, dizem, *oçõgua*, vãõ, *oçõguãne*, irãõ & sic *ibiã*, *ibã*.

¶ O plural se entende pello que se trata, ou tambem acrescentãdolhe algũs nomes, que significãõ multidãõ, como, todos, tantos, quantos, muitos, &c. E este vltimo he o vfado pera isto que he *cetã*, & detracto, c. *etã*, vt *abã*, homẽ, ou homẽs, *abãeta*, homẽs, oca, cafa, l. cafas, *ócetã*, cafas (Anchieta, 1990 [1595], fol. 9r-9v).

Além do fato de a língua tupinambá possuir apenas a marcação do caso latino vocativo, para Anchieta, há outras características descritas pelo missionário em sua gramática que definem o comportamento dos nomes na língua indígena, conforme a sua percepção. O nome *abá* (homens indígenas), apresentado como paradigma, não sofria nenhuma alteração por ser tema nominal vocálico. O segundo fato linguístico citado é uma mudança do fone [r] a [t] na parte final de alguns nomes, fato fonológico que ocorre também em verbos, e é exemplificado nos nomes *xe-rair* e *xe-rait* (meu-filho), que para o missionário equivalia a um vocativo. Outro fato linguístico é o emprego de um nome de valor indeterminado, que funciona como sujeito de verbos na terceira pessoa do plural, um “suppo(i)to vago” nas palavras de Anchieta: “*guã*, vel, *ibiã*, vel, *ibã*” (*guã*, ou *ibiã*, ou *ibã*), que pode ser traduzido por “eles”, “alguns”, etc. O último fato linguístico descrito nessa parte da gramática sobre os nomes diz respeito a itens lexicais que são empregados em lugar de morfemas marcadores de plural, é o caso de: “*cetã*, & detracto,

c. etâ” (ketá, quando retirado o k, etá, muitos), registrado em construções nominais como: abà-eta (homens), com relativa equivalência ao plural latino-português.

Quanto ao verbo, Anchieta os descreve a partir do capítulo sexto de sua gramática, cujo título é: “DOS VERBOS. Cap. VI.” (Anchieta, 1990 [1595], fol. 17v). Note-se que, na descrição da língua tupinambá, o gramático percebe que os verbos não apresentavam a noção de tempos verbais conforme a percepção linear de tempo aristotélica (passado, presente e futuro), assim, uma mesma forma verbal valia, por exemplo, para os seguintes tempos da gramática latina: “Indicatiui modi, præfens, Imperfectum, Perfectum, & Plufquam perfectum” (do modo indicativo: presente, imperfeito, perfeito e mais-que-perfeito). Nesse sentido, a oposição para Anchieta no modo indicativo se dava entre tempos verbais do presente/passado com tempos do futuro. O primeiro exemplo de paradigma verbal apresentado por Anchieta era o verbo: iuká (matar), conjugado de acordo com o padrão da gramática humanística latina em uma lista com as seis pessoas verbais: A-jukû (eu mato, matava, matei, tinha matado), Ere-jucâ (tu matas etc), E-jucâ (ele mata etc) Oro-jucâ (nós matamos etc) Ya-jucâ (nós matamos etc), Pe-jucâ (vós matais etc), O-jucâ (eles matam etc) (Anchieta, 1990 [1595], fol. 17v). Ao mesmo tempo, a conjugação verbal apresentava um outro “acidente”, uma diferenciação em verbos afirmativos e negativos, o que Anchieta catalogou como diferentes conjugações verbais da língua tupinambá. A conjugação negativa era formada com o acréscimo de “algũas particulas”, como N-a-jucâi (Eu não mato, etc.). Já o tempo futuro era marcado pela partícula “-ne”, no modo indicativo A-jacâ-ne (Eu matarei).

Anchieta dividiu os modos verbais da língua tupinambá, conforme a gramática latina, em indicativo, imperativo, optativo e conjuntivo (ambos equivalentes ao subjuntivo contemporâneo), além das formas verbo-nominais infinitivo, gerúndio, em “-do” e participios (Anchieta, 1990 [1595], fol. 17v-20r). No modo optativo, há o registro do imperfeito e do pretérito perfeito, já no modo conjuntivo, do presente, de duas formas de pretérito imperfeito e de uma forma de futuro. O modo infinitivo é dividido por Anchieta em presente, perfeito e futuro, conforme a gramática latina. Cumpre salientar que a analogia entre a língua tupinambá e a língua latina no sistema verbal proposto pela descrição do missionário é um contraste entre as duas línguas mais do que uma descrição direta da língua indígena, pois é uma adaptação de conceitos latinos, e antes uma tentativa de aproximação dos dois sistemas linguísticos em uma perspectiva intercultural sobre os significados e sentidos de ambas as línguas.

## Nomes e verbos na língua tupinambá um debate para a linguística contemporânea

Conforme o princípio de adequação teórica de Konrad Koerner (2014), a partir de uma teoria linguística contemporânea podemos por contraste compreender o pensamento linguístico de um determinado contexto histórico e social, com o objetivo de debater o que Auroux (1992) teorizou como ato de saber de um determinado contexto. Se Anchieta no Brasil do século XVI se valeu da gramática humanística de língua latina e da língua portuguesa já gramatizada para constituir a sua metalinguagem descritiva do tupinambá, no século XX e XXI, a descrição da língua indígena se desenvolveu a partir de outras visões teóricas, embasadas no que é considerado como a Linguística contemporânea.

A língua tupinambá é descrita como uma língua aglutinante, que difere da língua latina e da língua portuguesa, devido à sua vinculação histórica a uma determinada família linguística, a família tupi-guarani, que difere tanto da língua latina como língua indo-europeia e da língua portuguesa como língua românica, ou neolatina. No artigo *Argumento e predicado em tupinambá*, escrito pelo linguista Aryon Rodrigues (1996), há a atestação da hipótese descritiva de Anchieta de que o nome e o verbo são categorias aplicáveis à língua tupinambá, de modo que o sistema linguístico da língua indígena apresenta esses universais platônicos em sua estrutura, mas não da mesma forma que ocorre na língua latina e na língua portuguesa. Rodrigues afirma ser possível a analogia: “Como a maioria das línguas, o tupinambá tem duas classes lexicais principais, o nome e o verbo. Estas são identificáveis morfologicamente, pois os verbos podem receber prefixos marcadores de sujeito” (Rodrigues, 1996, p. 57).

Na obra *A Role and Reference Grammar Description of Tupinambá*, de Fabrício Ferraz Gerardi (2023), o linguista debate a questão das classes de palavras (word classes) da língua tupinambá na perspectiva da gramática de papel e referência (RRF—role and reference grammar), à luz de uma teoria linguística contemporânea e atual. Gerardi levanta o questionamento sobre a adaptação do sistema de classes de palavra para a descrição da língua tupinambá: “Word classes have been a recurrent topic in the studies of Tupián languages” (Gerardi, 2023, p. 100), demonstrando que este tema foi largamente debatido por autores como Aryon Rodrigues (1996), entre outros, mas encontra ecos desde a linguística de Franz Boas (1911) que apresentou o mesmo debate sobre as línguas indígenas americanas e a aplicabilidade das classes de palavras em sua descrição e análise linguística.

Gerardi percebe que mesmo a adaptação desenvolvida por Anchieta já era questionada pelo próprio missionário: “Already in 1595, Anchieta noted in his grammar that it was not possible to talk about word classes in a comparative way” (Já em 1595, Anchieta anotou em sua gramática que não havia a possibilidade de falar sobre classes de palavras em uma forma comparativa) (Gerardi, 2023, p. 100-101), conforme consta na gramática quinhentista. Assim, a categoria de nome e de verbo, como objetos nocionais, de valor linguístico absoluto como categorias lógicas, não são encontráveis na língua tupinambá como na língua latina, tendo sido descrita a língua por Haspelmath (2021) como uma língua acategorial (acategorial), “since none of the root semantic classes require a copula in predicate function” (já que nenhuma raiz semântica de suas classes requer uma cópula na função de predicado) (Gerardi, 2023, p. 101), isto é, não existe o verbo “ser” na língua, o verbo que era chamado de adjetivo por João de Barros (1540), e caracterizava tanto a definição de substância na lógica, como o caso nominativo na gramática latina. Como exemplo dessa descrição teórica, é apresentado o objeto *ok* (ser uma casa), que pode ter valor de referente, com o nominalizador — *a* (*ok-a*), de modificador com o relativizador *r* — e o nominalizador — *a* (*r-ok-a*), e de predicado quando não possui nenhuma partícula (*ok*): *ok-a* (casa), *r-ok(-a)* (da casa), *ok* (ser uma casa) (Gerardi, 2023, p. 101).

Na descrição da hipótese do vocativo da língua tupinambá, Anchieta quase colocou em evidência um fenômeno da língua tupinambá descrito contemporaneamente, o morfema nominalizador — *a*, marca que caracteriza os temas consonânticos que são nominalizados na língua indígena, ao descrever a oposição *xéair* — *xéair-a*. Na descrição linguística proposta por Aryon Rodrigues (1953), os itens lexicais da língua tupinambá são descritos como temas, e “todos os temas podem apresentar-se em dois aspectos: nominal e verbal” (Rodrigues, 1953, p. 123). Essa descrição foge do paradigma filosófico platônico de diferenciar nome e verbo como categorias autônomas, ou objetos nocionais e essenciais, que serviu à descrição da língua grega e da língua latina, em que os nomes se declinavam e os verbos se conjugavam, morfologicamente. Assim, para Rodrigues, um mesmo tema pode apresentar sempre os dois aspectos, um nominal e outro verbal. Os temas de substantivos apresentam “nomes de seres”, os temas de adjetivos apresentam “nomes das qualidades ou seres que possuem essas qualidades”, e por fim, os temas verbais apresentam “nomes dos processos”. Como exemplo inicial, é apresentado o tema vocálico “*kó*”: *t. I [kó]* — “*roça*”, cujo aspecto nominal significa “*a roça*” e o aspecto verbal significa “*ter roça*” (Rodrigues, 1953, p. 123). Dessa forma, os temas

podem equivaler, ao mesmo tempo, a um nome e a um verbo. Note-se que *kó* não recebe o nominalizador — *a*, é um tema terminado em fonema vogal.

Vejamos a diferença de interpretação de Rodrigues para o vocativo citado por Anchieta. Enquanto o missionário quinhentista descreveu que o termo *t-úba* era um nome, cujo significado era “pai”, em todos os seis casos latinos, tendo só uma flexão para *t-úb*, na formação do vocativo “ó pai”, Rodrigues descreve que essa diferença era, na verdade, aspectual, pois a forma *úb-a*, “o pai” era a nominalizada e a forma *úb* “ter pai”, a verbalizada, do mesmo tema:

Os temas consonânticos, porém, formam o aspecto nominal com o sufixo *-a*, enquanto ficam invariáveis no aspecto verbal; p. ex.: *t. úb* “pai”, asp. nom. *úb-a* “o pai”, asp. verb. *úb* “ter pai” (Rodrigues, 1953, p. 124).

Essas diferenças de interpretação demonstram que o missionário percebeu que a queda do — *a* no final do termo *t-úb* alterava o valor e o significado desse termo, e por analogia com a língua latina buscou catalogar esse fenômeno no caso latino vocativo, um caso gramatical a parte, mesmo na gramática latina. A diferença de significado entre “ó pai” e “ter pai”, na tradução de *t-úb* é grande, todavia, o missionário compreendeu que sem o nominalizador — *a*, o item lexical *t-úb* não participava como uma construção nominal comum, vinculado ao verbo, como ocorre com o caso nominativo latino, que exerce a função de sujeito oracional, nos itens nominalizados *t-úb-a* (o pai). A percepção do missionário quinhentista derivou de sua observação da língua natural no território diretamente com povos indígenas, já sua descrição da língua derivou da cultura renascentista, em que a lógica especulativa e a gramática humanística ocupavam lugar de relevo, tendo formado o seu clima intelectual, ou clima de opinião (Koerner, 2014).

## Conclusão

A oposição natureza e cultura foi referenciada no pensamento linguístico do século XVI pela oposição entre as línguas naturais e a sua gramatização por uma base cultural nas culturas da Antiguidade Clássica. Esse debate se deu sob dois conceitos conflitantes que eram pertinentes ao clima intelectual da época, os conceitos de *usus* (uso) e de *ratio* (ordem). Enquanto o *usus* era vinculado ao modo natural de falar e de se comunicar, a *ratio* era a busca pela gramatização racional, a normatização gramatical da língua para o seu uso na escrita, para leis, produção literária, prática religiosa e para a oratória. Anchieta deparou-se com a língua tupinambá em sua forma natural, ao ser empregada no uso cotidiano da costa do Brasil, pelos

diversos povos originários de cultura tupinambá, e buscou intermediar a língua com a metalinguagem gramatical, um modo de pensar específico, empregado na redação de sua gramática.

Sua tarefa como missionário foi registrar essa língua predominante no território, com a finalidade e com os instrumentos do contexto de sua época, a gramática latina e a lógica especulativa. Suas reflexões em um contexto plurilíngue se desenvolviam em diversas línguas: a língua portuguesa, a língua castelhana, a língua latina, até mesmo o galego foram citados em sua gramática, além da língua tupinambá e de uma variante diatópica, o tupi, falado na capitania de São Vicente. No esforço de desenvolver uma analogia, escreveu a sua arte gramatical, tendo buscado externar o conhecimento linguístico que era internalizado nos falantes da língua. Em sua época, o conceito de gramática era derivado do pensamento aristotélico, a gramática era um ente metafísico, interno ao ser, sua obra era uma “arte” de gramática (*ars grammatica*), um reflexo daquela língua que o missionário conhecia tão bem a ponto de nela escrever textos literários e se comunicar com diversos povos originários.

A história do pensamento linguístico no Brasil do século XVI é marcada por silenciamentos e por resistências, centrada no trânsito de culturas em um mesmo território, em um mesmo ecossistema natural e social. Esse foi um período em que a colonização iniciou o apagamento da diversidade das línguas e culturas indígenas e africanas, todavia pode ser considerado também o período mais indígena da história do Brasil. Este contexto social e histórico, caracterizado pelo escravismo, genocídios e violências físicas e simbólicas, também foi um momento de profunda religiosidade, talvez como uma resposta compensatória à perda de identidades culturais e a transformações de modos de vida e de significados. Narrar essa história é resgatar vozes e pensamentos registrados nas marcas textuais e documentais desse período, em que a gramática dos humanistas ainda era profundamente vinculada à tradição ocidental greco-latina.

O contexto histórico do Brasil é um exemplo raro de mudança linguística de povos que se expressavam majoritariamente em línguas indígenas, e após séculos de colonização passaram a adotar uma nova língua, o português brasileiro. Os traumas dessa mudança afetam o uso do português brasileiro até hoje, sobretudo no preconceito linguístico com aqueles que não empregam a norma em sua comunicação e que sofrem de glotofobia em sua própria comunidade de fala. Estudar a história da formação do pensamento linguístico, da constituição da metalinguagem e da normatização das línguas em uso serve-nos como forma de reflexão sobre

direitos linguísticos de minorias e mesmo da aceitação de usos do português brasileiro em nossa sociedade contemporânea. Os textos antigos sobre línguas indígenas refletem uma rica herança cultural que continua a nos inspirar na formação contínua de nosso pensamento linguístico de forma plural e inclusiva, em busca de um reconhecimento da pluralidade e da diversidade linguísticas, que Anchieta presenciou no território da costa do Brasil.

## BIBLIOGRAFIA:

ANCHIETA, J. de. *Artes de gramática da língua mais usada na costa do Brasil*. Edição de Armando Cardoso. São Paulo: Loyola, 1990 [1595].

ARISTÓTELES. *The Complete Works of Aristotle*. Editor J. Barnes: Princeton University Press, 1995.

AUROUX, S. *A revolução tecnológica da gramatização*. Tradução de Eni Orlandi. Campinas: Editora da Unicamp, 1992.

BARROS, J. *Gramática da língua portuguesa*. Lisboa: Lodovicum Rotorigium, 1540. Disponível em: [http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302\\_por\\_Barros\\_01\\_1540\\_T01.htm](http://ctlf.ens-lyon.fr/textes/3302_por_Barros_01_1540_T01.htm). Acesso em 09 agosto 2024.

BLANCHET, Philippe. *Discriminations: combattre la glottophobie*. Paris: Éd. Textuel, 2016.

BOAS, F. *Handbook of American Indian Languages*. Part 1. Washington: Government Printing Office, 1911.

CAVALIERE, Ricardo. *História da gramática no Brasil – séculos XVI ao XIX*. Petrópolis: Vozes, 2022.

COUTO, H. H. Ecolinguística. *Estudo das relações entre língua e meio ambiente*. Brasília: Thesaurus Editora, 2007.

FRANCISCO, P. *Carta encíclica Laudato Si' – sobre o cuidado da casa comum*. São Paulo: Paulinas, 2015.

GERARDI, Fabrício. *A role and reference grammar description of Tupinambá*. Tübingen: Tübingen Library Publishing, 2023

KALTNER, L. F. A obra de Julius Platzmann (1832-1902) e a Linguística Missionária no Brasil: leitura crítica da descrição da mudança do fonema [r] a [n] na gramática de Anchieta. *Revista de Letras (UFPR)*, Curitiba, v. 107, p. 66-84, 2024. DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/rel.v108i0.89696>.

Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/89696>. Acesso em 08 agosto 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. Anchieta gramático: a ecologia do contato de línguas na América portuguesa e os fonemas [b] e [p] mediais e finais na língua tupinambá. *Confluência*, Rio de Janeiro, v. 66, p. 71-89, 2024a. DOI: <https://doi.org/10.18364/rc.2024n66.1343>.

Disponível em: <https://revistaconfluencia.org.br/rc/article/view/1343>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. & o uso de diversas partes do Brasil será o melhor mestre: o conceito de uso no pensamento linguístico de Anchieta. *Revista da ABRALIN*, Campinas, v. 23, p. 1-13, 2024b. DOI: <https://doi.org/10.25189/rabralin.v23i1.2254>. Disponível em: <https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/2254>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. Folclore brasileiro no segundo ato de Na festa de São Lourenço, de Anchieta (1587). *Revista Gragoatá (UFF)*, Niterói, v. 29, p. e58856, 2024c. DOI: <https://doi.org/10.22409/gragoata.v29i63.58856.pt>.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/58856>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. History of Linguistic Thought and Grammar Praxis in Brazil: It Possible to Periodize? *Cadernos de Linguística*, Campinas, v. 4, p. e679, 2023a. DOI: <https://10.25189/2675-4916.2023.v4.n1.id679>.

Disponível em: <https://cadernos.abralin.org/index.php/cadernos/article/view/679>. Acesso em 08 agosto 2024.

KALTNER, L. F.; SANTOS, M. C. S. O conceito de letra nas gramáticas de Fernão de Oliveira (1536), João de Barros (1540) e Anchieta (1595): Uma leitura historiográfica. *Fortunatae. Revista Canaria de Filología, Cultura y Humanidades Clásicas*, Tenerife, v. 37, p. 29-48, 2023b. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.fortunat.2023.37.02>. Disponível em: <https://www.ull.es/revistas/index.php/fortvnatae/article/view/4741>. Acesso em: 08 agosto 2024.

KOERNER, K. E. F. *Quatro décadas de historiografia linguística: estudos selecionados*. Trad. Cristina Altman et al. Braga: Estúdio de Artes Gráficas, Braga, 2014

PEROTTI, N. *Rudimenta grammatices*. Editado por W. Keith Percival. Kansas City: Center for Digital Scholarship of University of Kansas, 2010 [1473]. Disponível em: <https://archive.org/details/NiccoloPerottiRudimentaGrammaticesWKeithPercivalEditor/mode/1up>. Acesso em: 09 agosto 2024.

PIETROFORTE, A. V. S.; LOPES, I. C. A semântica lexical. In: FIORIN, J. L. (Org.). *Introdução à linguística II: princípios de análise*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 111-135.

RODRIGUES, A. Argumento e predicado em Tupinambá. *Boletim da ABRALIN*, Campinas, n. 19, p. 57-66, 1996. Disponível em: <http://www.etnolinguistica.org/biblio:rodrigues-1996-argumento>. Acesso em: 09 agosto 2024.

SWIGGERS, P. Historiografia da linguística: princípios, perspectivas e problemas. In: BATISTA, Ronaldo (org.) et al. *Historiografia da Linguística*. São Paulo: Contexto, p. 45-80, 2019.

ZWARTJES, O. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil*. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

**Recebido em:** 10 de outubro de 2024.

**Aceito em:** 05 de maio de 2025.